

075ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15AGO2012

(Texto com revisão final.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Boa-tarde a todos e a todas. Quero passar um recado antes de passarmos aos procedimentos da Sessão. Recebi, agora, na entrada do plenário, um abaixo-assinado realizado pela Comissão Organizadora da 14ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária para que esta se realize, em 2012, no Largo Glênio Peres. Nós pedimos o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores, e a Ver.^a Sofia Cavedon disponibilizará o documento para as assinaturas, iniciando pelo Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sra. Presidente, demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pelo Canal 16, nas galerias, mais uma vez, venho a esta tribuna para denunciar, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, procedimentos da nossa PROCEMPA que, para mim, fogem à normalidade.

No dia 5 de julho, protocolei um Pedido de Informações na PROCEMPA, que facilmente poderia ter sido atendido: solicitei cópia de todas as Atas das Assembleias do Conselho de Administração da Empresa, a partir do dia 1º de janeiro de 2005. Após 39 dias da formalização do PI, a PROCEMPA responde que não teve condições de responder o Pedido de Informações deste Vereador. Quero ler, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, o que a PROCEMPA respondeu, quanto ao meu Pedido de Informações (Lê.): “O pedido para que sejam disponibilizadas cópias de Atas das Assembleias do Conselho de Administração não transmite suficiente clareza de modo a permitir uma resposta segura justificando pedido de esclarecimento acerca do fato”. Como assim não permite uma resposta segura, Ver. Todeschini? Não interessa a eles o que eu vou fazer com as informações. Eu tenho o direito de pedir, é um direito do Vereador fiscalizar a PROCEMPA, a Prefeitura. E nós estamos simplesmente pedindo que mandem as Atas. Eles não têm que justificar o porquê; eles têm que nos mandar as Atas. Mais uma vez, a PROCEMPA desrespeita a Câmara de Vereadores. A Ver.^a Fernanda fez um pedido, em dezembro de 2011, que nunca foi respondido a esta Casa. Então, parece que a

pág. 1

PROCEMPA decide por si o que fazer. Eu gostaria de saber, Ver. Pedro Ruas, se a PROCEMPA faz parte do Governo Municipal ou não; porque agora eles estão no direito de responder quando têm vontade. Eu gostaria de saber qual é a resposta segura, qual é a segurança que o Diretor da PROCEMPA precisa para mandar as Atas, para mandar a documentação que esta Casa está solicitando. É um desrespeito com este Parlamento, é um desrespeito com esta Câmara de Vereadores. Eu, inclusive, quero solicitar ao Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, que mande a Lei Orgânica do Município para a PROCEMPA, para que eles vejam as suas responsabilidades e passem a cumpri-las. Ver. Nilo Santos, o senhor que tem uma ligação direta com a PROCEMPA, poderia nos fazer o favor de pedir as respostas. E não é só a Câmara de Vereadores, também o Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados declarou que estão tendo dificuldades de acesso a documentos da PROCEMPA. O que será que está acontecendo com a PROCEMPA? O que há na PROCEMPA, Ver. Adeli Sell, que os Vereadores não podem fiscalizar o dinheiro público? Será que está acontecendo algo de estranho dentro da PROCEMPA, Ver. Nilo Santos? Como podemos fazer o nosso trabalho de fiscalização, se eles não querem nos entregar os documentos? Realmente, fica difícil de o Vereador fiscalizar. Só nos resta o quê, então? Ter que pedir ao Ministério Público que faça uma intervenção na PROCEMPA. Eu acho, Ver. Nilo Santos, que vocês deveriam ler o art. 57 da Lei Orgânica Municipal, onde está prevista a competência da Câmara Municipal, através da qual os Vereadores exercem a sua função de fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta. Eu pergunto ao Líder do Governo se a Direção da PROCEMPA não entendeu o meu pedido? Tenho certeza de que o Ministério Público entenderá, e assim o faremos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TONI PROENÇA: Vereadora Fernanda Melchionna, Presidente desta Sessão; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores, Ver.^a Fernanda, quero dizer que sou solidário a esse manifesto e abaixo-assinado para que a 14ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária se realize no Largo Glênio Peres – podem contar com a minha assinatura.

Ver. Valter Nagelstein, V. Exa., esses dias, tratou desse assunto que vou tratar agora nesta tribuna, quando fizemos a nossa alteração no Grande Expediente – que ainda não usei –, e V. Exa. usou na minha frente. Temos tido, na periferia de Porto Alegre, uma série de problemas com os pequenos empresários, pequenos comerciantes, pequenos servidores...

(Tumulto no Plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Ver. Toni Proença, interrompo o seu tempo para pedir a atenção do Plenário, dizendo que esta presidente defere a presença dos membros da comissão organizadora da 14ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária, no Plenário, sem o uso de gravata.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Quebra de decoro parlamentar é ficar gritando e xingando os convidados na Câmara de Vereadores.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Eu vou liberar o tempo do Ver. Toni Proença. Depois eu lhe dou um aparte, com certeza. Primeiro, o Vereador na tribuna, porque vocês estavam gritando, Ver. Valter Nagelstein, enquanto tinha um Vereador na tribuna.

O SR. TONI PROENÇA: Obrigado, Presidente. Volto ao tema. Ver. Cecchim e Ver. Valter Nagelstein, que foram Secretários da SMIC; Ver. Comassetto, Presidente da Frente Parlamentar Pela Regularização Fundiária; Ver. DJ Cassiá e Ver. Nilo Santos, que militam na periferia da Cidade, nós temos tido um problema muito sério, Ver. João Bosco Vaz, lá na periferia, onde se estabelecem e se instalam pequenas empresas comerciais, de serviços, pequenas indústrias, geralmente em prédios que não têm habite-se e, portanto, não estão regularizados. E aí não podem obter o seu alvará, não podem regularizar a sua

atividade. E o que acontece? São notificados pela SMIC – com razão –, porque a Lei assim obriga, e são notificados também pelas outras Secretarias municipais.

Nós precisamos – e esta é a conclamação que venho fazer a todas as Bancadas, Ver.^a Maria Celeste, e Ver. Mauro Pinheiro, que é pequeno empresário lá do bairro Rubem Berta – estabelecer um debate sério sobre uma maneira de regularizar a situação desses pequenos comércios, Ver. Paulinho. Lá no Rubem Berta tem muito disso: pequenos comércios, pequenos empreendimentos que geram renda e trabalho para famílias e para milhares de porto-alegrenses. São oportunidades de emprego e de geração de renda que nós não podemos desprezar. E essas oportunidades estão sofrendo um desgaste muito grande, às vezes até a impossibilidade de seguirem adiante, porque não têm habite-se, pois as comunidades não têm regularização fundiária. É preciso que atuemos junto com o Poder Executivo, a Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal e sociedade de Porto Alegre, para encontrarmos uma solução para esse impasse, para que não se percam essas oportunidades de emprego, essa geração de renda e a dignidade em famílias inteiras que militam e trabalham na pequena empresa da periferia de Porto Alegre.

Ver.^a Sofia Cavedon, é preciso que a gente lute muito, é preciso que a gente encontre uma maneira de fazer com que possam ser regularizadas as atividades desse empreendimento, Ver. Paulinho, porque, senão, ficam eles sujeitos às notificações da SMIC. As notificações são legais, estão dentro da lei; o que acontece é que é preciso superar esses entraves para que os comerciantes que querem se regularizar, desejam se regularizar, possam encontrar a solução e a celeridade necessária para tocar os seus negócios que geram renda, trabalho, dignidade e impostos para a Cidade, gerando, com esses impostos, mais atividade econômica, mais renda e virando a máquina do desenvolvimento. A minha proposta para esta Câmara de Vereadores e para o Executivo Municipal é de criarmos um grupo de trabalho, uma frente parlamentar... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Questão de Ordem): Srs. Vereadores, nós temos um Regimento na Casa, o qual imagino que deve ter sido construído ao longo dos 200 anos de existência do Parlamento, pela suas várias legislaturas. Esse Regimento estabelece normas e a quebra dessas normas constitui quebra do decoro parlamentar. Entre outras coisas, é uma discussão que já foi superada aqui, no Plenário, inclusive normas com relação ao traje que os Vereadores... os Vereadores! Eu não estou falando de pessoas que sequer autorizadas estão, porque, inclusive, para as nossas assessorias, a regra determina que tem que haver crachá para entrar no Plenário, porque existe todo um procedimento. O senhor é filiado a um partido político, o senhor se submete a uma convenção partidária, o senhor vai para um sufrágio universal e secreto – que é a eleição –, o senhor precisa fazer um coeficiente “x” em votos para ser eleito, o senhor precisa ser aprovado pela Justiça Eleitoral, o senhor recebe um diploma e o senhor assume a sua cadeira como Parlamentar.

Pois bem, o que eu quero lhe perguntar é o seguinte: para além disso é possível nós estarmos aqui... Porque, se o senhor me disser que é possível, eu vou vir de prancha de surfe, vou vir de chinelas havaianas, vou vir de bermuda ou vou vir de botas e bombachas para cá! Eu quero saber se é possível, Sr. Presidente, porque, senão, vou representar por quebra do decoro. Eu que saber, não estou falando nem das pessoas...

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não tem coisas mais importantes, isso também é importante. Tudo é importante! Eu quero saber se é possível assumir a presidência da Câmara – esta é a minha pergunta, que V. Exa. me responda; se V. Exa. não me responder, eu quero que a Mesa me responda –, se é possível assumir a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de camiseta, e camiseta de um Partido político trazendo uma frase. Se isso for possível, muito bem, está quebrada a regra. Se isso não for possível, eu gostaria que houvesse no mínimo uma advertência, Sr. Presidente, e eu estou encaminhando este Requerimento por escrito. Eu acho que existem regras, e essas regras têm que ser seguidas por todos. O que falta em nosso País é obediência ao regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Valter, V. Exa. vai fazer um requerimento por escrito, e a Mesa depois irá avaliá-lo.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador, eu quero aqui expressar a minha posição. É absolutamente irrelevante essa observação do Ver. Valter Nagelstein, porque a Ver.^a Fernanda assumiu na sua condição plena de Vereadora e de quem coordena um Partido político, por isso ela conseguiu se eleger. Se ela não tivesse um Partido político, ela não se elegeria, ela não poderia concorrer. Eu sugiro ao Ver. Valter que verifique, isso sim, os usos dos espaços da Câmara para fazer campanha política como o seu Prefeito, o seu Vice-Prefeito do seu Partido fez dentro desta Casa com toda uma programação. São dois pesos e duas medidas, Ver. Valter.

O SR. PEDRO RUAS: Eu gostaria de fazer um registro aqui de um protesto veemente em relação a essa observação do Ver. Nagelstein. Isso é inacreditável! Uma Cidade, um Estado, um País com tantos problemas e o Ver. Valter vem aqui fazer um questionamento sobre a roupa de uma Vereadora! Ele mesmo me falava ontem, e eu lhe dei razão, quando alguém o questionou por usar gel no cabelo! Ele tem razão! Ele falou: “Que absurdo!” Agora, ele vem aqui questionar porque não tem o que fazer! Não tem trabalho para fazer! Ficou 30 minutos aqui reclamando da roupa de uma Vereadora. Ele ficou nervoso, como geralmente está, e ficou novamente nervoso – todo mundo sabe que o Vereador é nervoso, é tenso, é bastante nervoso. Só que é o seguinte: não vai mandar nas roupas dos Vereadores aqui. Não vai mandar! Não vai determinar nada! Não manda em ninguém aqui!

(Aparte antirregimental.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Pedro Ruas, eu peço a V. Exa. que encaminhe.

O SR. PEDRO RUAS: Eu quero o mesmo tempo. Não é o regulamento, não está escrito isso. Isso é invenção do Vereador. Ele quer patrulhar os outros Vereadores, mas não vai conseguir. Ele não vai conseguir isso. Ninguém vai mudar a roupa aqui por causa da observação do Ver. Valter.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Fernanda.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Apenas um registro, Ver. Mauro Zacher. Esse debate dos desocupados sobre o traje das Vereadoras foi derrotado no ano de 2009, foi retirado de tramitação deste Plenário. Se o Ver. Valter quiser discutir a roupa das Vereadoras ao invés do problema da Saúde, da Economia Solidária, ao invés dos debates relativos à Cultura na nossa Cidade, ao invés dos debates de Porto Alegre, nós aceitamos fazer o debate, mas não aceitaremos gritos, desrespeito ao povo e desrespeito a esta Vereadora! E, para registrar, eu perguntei à Diretoria Legislativa se eu poderia trajar esta roupa antes de presidir a Sessão, o que foi deferido. Então, isso é para o Ver. Valter Nagelstein se tranquilizar, se acalmar um pouquinho e parar de gritar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O.k.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Questão de Ordem): Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, normalmente eu não brigo com ninguém e acho que a briga não constrói. Existe um Regimento nesta Casa, e eu pediria a V. Exa., em Questão de Ordem, qual o amparo que há para usar uma camiseta partidária, um bóton, uma faixa, uma propaganda. Há poucos dias, me pediram que eu retirasse um bóton que eu tinha na minha lapela. Não tive dúvidas, retirei.

Então, V. Exa. preside a Casa e tem a responsabilidade e o dever de dizer se pode ou não pode. Se V. Exa. disser que pode, nós assumimos a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, eu não sei se o Ver. Valter, no afã e nervoso – e eu não tiro a sua razão –, fez uma referência, dizendo: “daqui a alguns dias, eu venho de botas e bombacha”. Eu só gostaria de dizer que é uma indumentária nossa e que tem que ser respeitada. E eu não vou entrar no mérito das outras questões, se vêm de *slack* ou de camisa de chita.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu pergunto aos Vereadores se usarão o tempo de Liderança.

Ver. Valter, o Regimento é muito subjetivo, ele fala em pilcha e traje completo. Esse é um assunto que nós já debatemos anteriormente. Essa é uma proposta que V. Exa. pode trazer de novo ao Plenário, evidentemente para que a gente possa regradar. Isso já foi feito anteriormente e não passou nesta Casa. Então, eu não vejo motivo algum para que nós levemos isso adiante, a não ser que se faça uma alteração.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, o Regimento fala em traje passeio completo. V. Exa. é o Presidente da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Traje passeio completo. Ou pilcha.

O SR. LUIZ BRAZ: Vossa Excelência é o Presidente da Casa, V. Exa. está aqui para zelar pelo Regimento. Nós não estamos aqui para ser governados por pessoas; nós somos governados pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Perfeito.

O SR. LUIZ BRAZ: Então, por favor, siga o Regimento. Eu acho que esta questão pode parecer de menor importância, mas ela não é, ela não é. Se o Regimento traz “traje passeio completo”, é traje passeio completo, não pode ser diferente disso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O.k. Está registrado, Vereador.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Tem mais, Presidente: não é uma questão menor. Eu quero lhe perguntar se é possível um *slogan* ou uma frase partidária, porque, desde o dia da posse, há quatro anos, esta questão é recorrente. Se cada Vereador chegar aqui e transformar a sua Bancada num *outdoor*, ostentando placas, colocando camisetas, então eu vou à tribuna com a camiseta do meu candidato a Prefeito, ou eu boto assuntos de... Não pode, Presidente! É o Regimento, nós temos, como eu disse... Quantos anos esta Câmara tem?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O.k. V. Exa. já registrou, eu já compreendi. V. Exa. vai fazer o Requerimento por escrito. Só quero registrar, Ver. Luiz Braz, que V. Exa. tem toda a razão: o nosso papel aqui é seguir o Regimento. Quero só lembrar que, num passado muito recente, nós tentamos fazer um novo regramento em relação aos trajes das mulheres, mas não o fizemos. Agora este assunto volta novamente. Eu sei que V. Exa. tem uma interpretação em relação ao traje completo. Ver. Luiz Braz, eu não gostaria de trazer novamente este debate, nós levaremos isso à Mesa, para que a gente possa discutir, na nossa Reunião de Mesa e Líderes, e estabelecer encaminhamentos.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, eu respeito muito a igualdade entre as pessoas, entre mulheres e homens; se não for assim, eu acho que realmente estamos fazendo um mau papel aqui como representantes da sociedade. Então, se pede traje passeio, é traje passeio para homens e para mulheres; senão, vamos realmente começar a viver a desigualdade entre os dois sexos, e isso não é bom nem para um nem para outro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Luiz Braz, por favor, eu não quero que V. Exa. entenda isso como menosprezar os requerimentos, os encaminhamentos dos Vereadores. Nós levaremos isso para outro fórum, para que possamos fazer a discussão adequada sobre esse assunto.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós não vamos discutir aqui camisetas, trajes nem nada, porque não é o momento oportuno. Mas o que eu quero discutir aqui, sim, é uma situação atual, do dia de hoje, que vi publicada no jornal Zero Hora desta quarta-feira, Ver. Paulinho Rubem Berta, que atinge muito o senhor, que trabalha nessas comunidades, que justamente tem conhecimento da periferia de Porto Alegre e que sabe muito bem das necessidades de a nossa Prefeitura atuar nas nossas ruas.

E aqui eu encontro uma manchete (Lê.): “Demanda reprimida: Prefeitura resgata obras do OP em vias. Solicitadas pela população desde 2001 (...)”.

Por que é que agora, a um mês da eleição, Ver. Cecchim, em obras de pavimentação de vias que foram demandadas 12 anos atrás e que devem ser reavaliadas – eu até penso isso, porque, 12 anos atrás, aquela rua tinha uma condição; hoje, 12 anos depois, tem outra condição –, agora a Prefeitura vai investir R\$ 24 milhões em 42 demandas que são, na realidade, 42 ruas?

Então, eu estou fazendo aqui um Pedido de Informações – já fiz, já protocolei nesta Casa e vou encaminhar ao Vereador Líder do Governo, para que essa informação venha urgente para a nossa Câmara de Vereadores –, porque eu quero saber, dessas ruas de Porto Alegre, se são iguais àquelas em que eu estive no último sábado, lá na Cooperativa Santo Antônio, no Pinheiros, onde, numa rua que vai ser pavimentada, havia 18 placas de um candidato! Quase todas as casas justamente do Secretário que era da SMOV, que é quem faz a pavimentação. Eu quero saber se, nessas 42 ruas de Porto Alegre, a população já está sabendo. “Olha, vão ser começadas as obras, e, para mostrar que nós vamos fazer, vamos publicar no jornal”. Aí já sabem, não é? Publicado no jornal, tem um compromisso eleitoral. E eu quero que o Ministério Público Eleitoral, que está fechando os olhos para essa vergonha de placas que existem nas ruas, fiscalize essas mesmas ruas que estão hoje encaminhando, essas mesmas ruas, para saber por que demandas de 11 anos atrás... E estou pedindo o valor, eu tenho certeza de que o valor gravado lá, Comassetto, não dá para fazer dez metros da rua. Eu quero saber se agora colocaram orçamento extra justamente para essas ruas. Esta Casa tem que saber desses detalhes, porque nós temos que acompanhar as obras que são executadas no afogadilho da eleição, e não é assim que se faz. Aqui não é prefeitura de praia, onde se fazem obras só no verão, aqui se trabalha quatro anos, e é isso que nós queremos.

Mas, Ver. Engenheiro Comassetto, surpreendeu-me hoje um Pedido de Informações que veio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de forma oficial – então, não estou inventando aqui: “Porto Alegre construiu, de 2009 a 2012, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, para pessoas que recebem de zero a três salários mínimos, 1.406 unidades habitacionais”. Até então, saiu nos jornais, que eram 2.250, e aqui vieram à tribuna e disseram “não, eram 3.000, 3.500 unidades habitacionais”; e agora vem a informação oficial da Prefeitura, Protocolo nº 198225-12-39, do Serviço de Informações ao Cidadão: 1.406 unidades habitacionais construídas de 2009 a 2012. Isso é apenas para que a população possa ter conhecimento, porque, a toda hora, as informações estão de forma errônea ou manipulada, ou não sei de que forma, mas aqui está a realidade, que é o

retorno do Pedido de Informações, pois queríamos saber. Até porque estivemos na Caixa e ficamos preocupados quando ela nos informou que o Programa Minha Casa, Minha Vida, PAC 2 Habitacional, termina no final de 2014, ou seja, nós temos apenas dois anos e quatro meses para construir 20 mil unidades habitacionais.

Temos 1.406 unidades habitacionais a cada quatro anos. Assim, vamos demorar cem anos para construir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos assistem, quero trazer aqui alguns temas que a Administração pública de Porto Alegre, a Prefeitura, sob o comando do Prefeito José Fortunati, vem encaminhando e que considero uma forma oportunista para o momento eleitoral.

O primeiro tema é uma lei que discutimos amplamente nesta Casa, que foi a lei da readequação e da criação das novas linhas dos lotações para os bairros Restinga, Belém Novo e Ponta Grossa. Todos sabem que, devido ao Projeto que apresentamos, provocamos esse debate e construímos uma síntese. Primeiro demorou um ano para sair a licitação; segundo, nesse Projeto dos lotações, Ver. Adeli, votou-se que seria usado o Tri – Transporte Integrado –, a população toda hoje recebeu essa informação. E, vejam só, os trabalhadores que recebem o Tri e que vão pegar o lotação não podem utilizar esse Tri no lotação; o único Tri que pode ser utilizado é aquele que é comprado antecipadamente. Portanto, essa não é uma notícia e uma verdade como foi divulgado, de que o Tri poderia ser utilizado no lotação. Somente parte desse Tri está sendo utilizada nos lotações, o que é diferente do que nós discutimos e construímos aqui politicamente. Então o Sr. Prefeito Municipal deve uma resposta à população.

O segundo tema, Ver. Tessaro: o senhor traz essa lista na qual a assessoria comunitária da SMOV entra nas comunidades nessa lista das 47 ruas, conversa com todas as lideranças, no outro dia entra o candidato originário da SMOV, e, uma semana depois, entram as obras de conservação permanente dessas ruas. E caminhem pelas ruas e vejam se encontram placa de qualquer outro candidato dos 650 da cidade de Porto

Alegre. Só tem de um. Portanto, se isso for republicano, eu não entendo o que é república e para que serve a estrutura pública de Porto Alegre. Fazemos esse registro e pedimos ao Tribunal Regional Eleitoral que receba essa lista do Ver. Nelcir Tessaro e que a investigue imediatamente.

A terceira questão: isso vale também para as vias que estão ditas que serão duplicadas, e falo da Av. Vicente Monteggia, da Av. Edgar Pires de Castro, da Av. Oscar Pereira, da Estrada Costa Gama e do Acesso Norte no Porto Seco. Em 2008, o ex-Prefeito Fogaça disse que já estava tudo pronto, que havia projeto de duplicação e que as obras aconteceriam. Não aconteceram! O loteamento Dom Pedro também, Ver. Paulinho Rubem Berta. Vá lá ao Dom Pedro ver o trabalho que esta Câmara fez – fez o Projeto de AEIS – e verifique quais são as placas que têm lá, se não são só de um candidato, o que foi Secretário de uma Secretaria que realiza obras nesta Cidade. Esta é uma situação real.

Em 2010, quando o Fogaça foi candidato a Governador, anunciou, alto e bom tom, que todas essas obras já seriam duplicadas. Nós fizemos o pedido aqui de que enviasse os projetos da Av. Edgar Pires de Castro, da Av. Prof. Oscar Pereira e do acesso norte do Porto Seco, que são uma construção desta Câmara junto com as comunidades. Até hoje não chegaram os projetos. E agora está sendo anunciado, de novo, que vai ser duplicada. É mentira, porque não tem dinheiro no Orçamento, não tem debate, não tem programa, porque o programa do Ministério das Cidades, que tive a oportunidade de trazer ao Prefeito, até hoje não teve seus projetos encaminhados. Portanto, este é um tema que tem que ser trazido para esta Casa e esclarecido para a população. Não dá, num período pré-eleitoral, sair mentindo por aí e utilizando a máquina pública para reeleger ou eleger alguns candidatos Vereadores e o Partido que está no Governo. Em nome do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que isso não pode acontecer.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (14h56min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo as Emendas nº 03, de autoria do Ver. João Antonio Dib; nº 04, de autoria dos Vereadores João Antonio Dib e DJ Cassiá, e nº 05, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, ao PLCE nº 007/12.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. João Antonio Dib, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 03 e nº 04 ao PLCE nº 007/12 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/12, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, solicitando seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/12.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o bloco composto pela Emenda nº 01 e pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 009/12 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADAS** por 19 votos **SIM**; 5 **ABSTENÇÕES.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 009/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 5 **ABSTENÇÕES.**

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, em nome da oposição, faço uma Declaração de Voto: primeiro, que votamos para garantir o quórum, fazendo que os projetos andem; segundo, nós nos abstivemos por entender que o Projeto que veio da Prefeitura é insuficiente nas informações. Nós somos a favor da Mobilidade Urbana, porém esse Projeto veio com insuficiência de dados, por isso nos abstivemos e entregaremos a Declaração de Voto a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): V. Exa. faça por escrito para que possamos encaminhar à Mesa.

Em discussão o PLL nº 046/12. (Pausa.)

Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 072/12, de autoria do Ver. Paulo Marques. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 117/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o Projeto de Resolução nº 043/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o Projeto de Resolução nº 022/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCL Nº 017/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção do Ver. João Antonio Dib.

Em discussão o PLL nº 230/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. CARLOS TODESCHINI: Parece-me que mais uma vez alguns Vereadores querem perturbar o acompanhamento da Sessão. Cito, em especial, o Ver. Valter, que continua, agora com outros Vereadores, perturbando a Sessão.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos Srs. Vereadores que moderassem o seu linguajar. Primeiro, estavam criticando a roupa da Vereadora e agora estão dizendo palavrões aqui ao nosso lado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Solicito aos Vereadores que possamos dar continuidade à discussão dos Projetos.

Em discussão o PLL nº 150/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 074/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 074/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM.**

A SRA. SOFIA CAVEDON: Quero apenas fazer um registro: o nosso homenageado é o Sirmar, um ator que hoje é morador da Casa do Artista Riograndense, ator do filme O Dia em que Dorival Encarou a Guarda – acho que todos nós vimos esse filme – e quero parabenizar o Tarciso pela proposição desta homenagem. Aproveitando a oportunidade, quero convidar todos para irem a uma feijoada, em benefício à Casa do Artista Riograndense, sábado, ao meio-dia, no Novotel Porto Alegre, situado na Rua Soledade, nº 575. Então, fica o convite para contribuírem com a feijoada, já que a Casa do Artista sobrevive praticamente sem auxílio público. Parabéns, Ver. Tarciso, pela indicação do Sirmar para Cidadão Emérito de Porto Alegre. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver.^a Sofia, pelo registro.

Em discussão o PLL nº 080/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação nominal o PLL nº 080/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Consulto as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores se podemos votar o Requerimento nº 071/12, de autoria do Ver. João Bosco

Vaz, antes do Projeto apontado no espelho da Sessão como o próximo na ordem de apreciação. (Pausa.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, eu já entrei com um Requerimento de adiamento do PLCE nº 007/12, o próximo na ordem de apreciação, por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vamos, então, ao seguinte.

Em votação o Requerimento nº 071/12, de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da votação do PLCE nº 007/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (15h19min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Vereadores e Vereadoras, aqui nós temos alguns Projetos em Pauta, os quais pretendo discutir nesta oportunidade. Primeiro, o PLL nº 085/12, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que estabelece a obrigatoriedade de identificação e publicização de locais, estruturas e instituições nos quais houve tortura, assassinato, interrogatório ou repressão ilegal no período da ditadura militar. Quero aqui louvá-lo e saudá-lo, Ver. Pedro Ruas, por este Projeto, porque o que aconteceu na história não pode ser apagado pela passagem do tempo ou pela perda de memória daqueles que não viveram aquela época. Particpei do ato que nós fizemos ali na Rua Santo Antônio, de outros atos, e essa questão não é qualquer questão, porque a ninguém é dado o direito de usurpar a democracia, matar, torturar, cassar direitos por ter

uma ideologia diferente. Portanto saúdo o seu Projeto, pois essa é uma memória que tem que ficar viva para os próximos anos, para as próximas décadas e para os próximos séculos.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, agradecer o conteúdo e dizer mais, Ver. Todeschini: este Projeto está baseado no PNDH-3, o Plano Nacional de Direitos Humanos-3, de 2010, por recomendação do Governo Federal, por recomendação do Governo Estadual e já com uma audiência que fiz com o Prefeito Fortunati nesse sentido. E digo mais! Ontem, no jornal O Sul, saiu uma matéria grande com o Ministro Gilson Langaro Dipp pedindo que seja feito esse tipo de projeto em todo o País. Então, cumprimento V. Exa., estamos tentando seguir essa linha, que hoje é internacional, de marcar esses locais como efetivamente de desrespeito aos direitos humanos, e que seja um centro de memória. Obrigado, Ver. Todeschini.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Eu o cumprimento pela iniciativa, pela atitude, Vereador, pois essa é uma questão de todos, em especial, de todos os democratas, de todos os que não querem mais passar por ditaduras, que não querem mais ver familiares sofrer por pensarem, por terem ideologia. Por todas as atitudes e atrocidades que aconteceram, que a memória fique viva para que nunca mais aconteçam. O senhor está de parabéns, Ver. Pedro Ruas, por ser autor dessa iniciativa. Ela terá certamente a consagração de todos os Vereadores para que nunca mais se repita aquilo que, infelizmente, nós vivemos no Brasil, e que outros países aqui do Cone Sul também viveram. Portanto, viva a democracia!

Em segundo lugar, tem um Projeto de nossa autoria que inclui o § 6º no art. 124 da Lei Complementar nº 434, o nosso Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, o PDDUA, que estabelece percentual de vagas para a guarda de veículos em edificações que abrigam serviços públicos. Por que isso? Porque tenho recebido com insistência, em especial de alguns profissionais, como os advogados, pedidos para que se destine uma parte, um percentual de vagas, em torno de 50%, nos prédios públicos para os usuários. Nós temos situações, por exemplo, como os fóruns – o Fórum do Partenon, o Fórum da Ary Tarragô – e outros espaços que não têm vagas para os usuários. O advogado chega, às vezes, com o horário apertadíssimo e não tem onde estacionar o carro, não tem lugar

para estacionamento. O direito de estacionar o veículo particular não pode ser apenas do servidor, tem que ser do usuário e do profissional também. Por isso estamos fazendo essa proposição, para que, nos fóruns e em outros espaços públicos, os locais não fiquem tomados apenas pelos carros dos funcionários, mas também pelos dos usuários e dos profissionais que lá precisam labutar; para que todos tenham o direito de acessar, fazer o seu serviço e, depois, realizar o deslocamento e o retorno. Hoje isso não é oferecido, portanto nós estamos regrido para que isso aconteça em todo espaço público... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que aqui nos assistem; cumprimento também a imprensa de bairro, Folha do Lami, que nos acompanha cotidianamente no nosso debate. Eu quero comentar o Projeto de autoria do Ver. Newton Braga Rosa, que foi, até há poucos dias, titular da Secretaria de Inovação Tecnológica. Foi apresentado nesta Casa um Projeto que essa Secretaria de Inovação Tecnológica, Ver. João Antonio Dib, não discutiu, não participou e não ajudou a elaborar – o Projeto dos Repots –, Projeto esse que está na Ordem do Dia para votarmos. Portanto, tem um descompasso aí. Se tem uma Secretaria de Inovação Tecnológica que não participou de um Projeto que é para absorver a inovação tecnológica, há um problema, Ver. Mauro Pinheiro! Primeiro quero registrar isso. Em segundo lugar, quero trazer o meu apoio à Emenda que faz o Ver. Newton Braga Rosa à Lei Municipal que fala do incentivo às escolas que fazem a formação técnica profissional em Porto Alegre. A lei atual determina que essas escolas disponibilizem bolsas de estudo em quantidade equivalente a 4% do número total de suas matrículas, mediante convênio celebrado nos termos do Decreto Municipal que regulamenta as condições para a concessão das referidas bolsas. O Ver. Newton Braga Rosa reforça com esse Projeto de Lei, elevando o número de bolsas de estudo para, no mínimo, 4%, e, no máximo, 10% do número total de matrículas mediante convênio

celebrado nos termos do Decreto Municipal nº 17.736. Eu quero aqui fazer uma ressalva da importância que tem esse tema, neste momento, na conjuntura brasileira. O Brasil hoje tem uma grande deficiência de mão de obra qualificada, ou seja, de mão de obra técnica. Todos os senhores e as senhoras são sabedores do esforço que fizemos, como Conselheiro Nacional da Cidade, quando credenciamos Porto Alegre junto ao Ministério de Educação e Cultura para receber a Escola Técnica Federal, que hoje está na Restinga, para 1.500 jovens. Esse foi um trabalho que passou pelo nosso mandato, fomos a Brasília naquele momento, o Prefeito Fogaça não encaminhou, e, após isso, a Prefeitura, através da Prof.^a Eliane, abraçou o projeto. Hoje, a Escola Técnica está funcionando, está de pé. Este Projeto que o Ver. Newton Braga Rosa traz para ampliar o percentual dos recursos, para isenção de impostos, para que possam ser oferecidas bolsas de estudo para formação técnica profissional, para formação tecnológica é de grande importância, porque o Brasil passa por um excelente momento de desenvolvimento, e a grande carência é a mão de obra técnica. Eu também saliento que o Município deveria publicar um edital para que todas as escolas técnicas pudessem se credenciar para receber esses benefícios da isenção de impostos, transformando-os em bolsa de estudo para aquelas famílias, para aqueles estudantes realmente carentes.

Este é o tema que eu quero discutir, que apresento aqui e, por último, registro dois movimentos que continuamos fazendo. O primeiro deles é um trabalho já desenvolvido com o Aeroclube do Rio Grande do Sul, de Belém Novo, junto com o Ministério de Educação e Cultura, para instalarmos lá o curso técnico em mecânica de aviação. Os procedimentos e os acordos estão avançados, assim como na Escola Glicério Alves, em Belém Novo, onde vai ser instituído um curso técnico. São dois projetos avançados que vêm ao encontro do que está na Pauta hoje. Quero agradecer a todos, muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria de discutir o Projeto que está em 1ª Sessão de Pauta, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que estabelece a obrigatoriedade de identificação e

publicização de locais, estruturas e instituições nos quais houve tortura, assassinato, interrogatório ou repressão ilegal no período da ditadura militar de 1964 até 1985. Acho extremamente significativa a demarcação dos espaços na cidade de Porto Alegre, em que, na época da ditadura militar, houve, sim, torturas, mortes, e uma história que nós não podemos esquecer. Uma história que, para além de trazer a memória, é trazer à vida daquelas pessoas que poderiam estar conosco e cujas vidas foram ceifadas. Por isso é extremamente significativo o trabalho que a Comissão da Verdade está fazendo no Congresso Nacional, que a Comissão Estadual está fazendo, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, Comissão esta implantada, há 15 dias, pelo Governador Tarso Genro, mas, sobretudo, é extremamente importante o trabalho que o Ver. Pedro Ruas tem feito há dois anos nesta Casa com a criação do Comitê Estadual e Municipal da Verdade para o qual todos nós, Vereadores, agentes políticos da Cidade, pessoas que foram torturadas, entidades não governamentais foram convidados a participar.

O Ver. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Maria Celeste, quero cumprimentá-la e agradecer a V. Exa. pelo pronunciamento. Saliento que V. Exa., como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, é praticamente fundadora do Comitê Carlos De Ré, da Verdade e da Justiça, e sempre esteve presente em todos os atos. Este Projeto segue a linha nacional do PNDH 3, de 2010 – Plano Nacional de Direitos Humanos – do Governo Estadual e do Governo Municipal, e eu tive uma audiência com o Prefeito Fortunati sobre este tema. Ontem, no jornal O Sul, eu dizia para o Ver. Todeschini, o Ministro Gilson Langaro Dipp fez um pedido de que os locais em que fossem comprovados realmente de que houve tortura, morte e violação aos direitos humanos, que fossem transformados em centros de memória por projetos municipais, estaduais ou federais. Então, nós estamos seguindo essa linha, e agradeço muito a V. Exa. pela manifestação. Muito obrigado.

A SRA. MARIA CELESTE: Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas.

Comentávamos também, há alguns meses, a necessidade de estabelecer, pelo menos em nossa Cidade, um museu, um local que traga toda a memória, os documentos, as passagens, as histórias, as filmagens, as fotografias daquele momento tão difícil da nossa história, da história do Brasil, da história da cidade de Porto Alegre, para que não deixemos jamais apagar da memória de todos nós, especialmente dos jovens e das

crianças que nasceram após esse período em nosso País e em nossa Cidade. Isso é muito significativo; parece um Projeto, Ver. Pedro Ruas, muito simples, mas é muito significativo, porque eu me lembro muito bem quando nós fomos demarcar o Dopinha como um lugar onde houve tortura, prisão e morte, e ali, naquele ato, se encontravam conosco vários ex-presos políticos, entre eles a Nilce; entre eles o nosso querido ex-Vereador desta Casa, enfim, vários que se emocionaram ao lembrar a sua chegada naquele lugar, ao lembrar a sua estada naquela prisão e, mais do que isso, ao lembrarem-se dos amigos que morreram por uma causa, pela democracia neste País. Parabéns pela iniciativa, e vamos, juntos, seguir nesse Comitê, lutando por direitos humanos, por direito à verdade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não temos mais inscrições para manifestações em Pauta.

Cumprimos o estabelecido para a 75ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da XV Legislatura, neste 15 de agosto de 2012. Muito obrigado a todos. Tenham todos uma boa tarde.

(Encerra-se a Sessão às 15h37min.)